

## **UM GOVERNO DESFIGURADO**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

Quando Fernando Henrique assumiu a presidência da República em 1995, as esperanças brasileiras de um novo ciclo de desenvolvimento e de consolidação definitiva da democracia eram fundadas. As promessas de campanha, tais como reformas tributária, previdenciária, administrativa, política e do Judiciário pareciam conformar uma nova realidade, em que o Brasil, enfim, despontaria como uma grande nação.

Afirmando que a carga tributária chegara ao máximo e que não haveria espaço para qualquer aumento, sugeriu que se racionalizasse o sistema enviando, de imediato, ainda no 1º semestre de 1995, o PEC (projeto de emenda constitucional n. 175) com a finalidade de eliminar a guerra fiscal entre os Estados, retirar a cumulatividade dos tributos, que dificultava a competitividade externa, conformando uma política tributária voltada mais ao

desenvolvimento econômico e à justiça fiscal, do que à mera arrecadação. No mesmo sentido, acenou com as demais reformas.

E as grandes diretrizes de seu governo reduziram-se àquelas promessas, não se esforçando por implementar nenhuma delas e renegando, em matéria tributária, tudo o que sugeriu.

De lá para cá, o país se desfigurou, nada obstante a propaganda oficial, que faz parecer já estar o Brasil entre os países desenvolvidos.

A Colômbia está melhor situada que o Brasil no “ranking” das nações com credibilidade financeira, como estão o México, o Chile, o Uruguai e outras nações latino-americanas.

A indústria autenticamente nacional praticamente desapareceu, em face de uma desnacionalização crescente, por política tributária que tem beneficiado consideravelmente as importações e apenas as exportações, assim como a venda de produtos brasileiros no mercado interno. Qualquer produto importado paga, no país, apenas uma vez COFINS, PIS e CPMF, enquanto o produto fabricado no Brasil se sujeita “n” vezes a tal tipo de tributação medieval, próprio de concepções atrasadas na percepção do fenômeno tributário.

Enquanto a Coreia exportava o mesmo que o Brasil na década de 70 --em que o regime militar ofertava maiores garantias aos contribuintes que o governo de FHC-- em 2000 exporta o dobro que o Brasil (mais de 100 bilhões de dólares), visto que o atual Governo retira competitividade dos produtores brasileiros, obrigando-os a

exportar, junto com os produtos, tributos em cascata, nada obstante uma insuficiente desoneração ofertada pela Receita Federal.

Os juros, na maioria dos países latino-americanos, são muito menores do que no Brasil. São elevados, para o empresário brasileiro, pois a política tributária troglodita (própria da idade da pedra), leva a tributar a circulação do dinheiro, com a CPMF, majorando consideravelmente seu custo para qualquer empreendimento nacional e para a própria rolagem da dívida das entidades federativas!

Enquanto os outros países procuram preservar os empresários nacionais para contrabalançar sua presença na economia com a dos investidores estrangeiros, o Brasil os rotula genericamente de sonegadores, apesar de serem os principais mantenedores de emprego e do desenvolvimento, suprindo as muitas falhas da política econômica do Governo. Recebe o Estado brasileiro 33% do PIB em nível de tributos --mais do que os Estados Unidos, Japão, Portugal ou Espanha-- mas oferece serviços públicos dignos do Congo, Serra Leoa, Etiópia ou Ruanda. Má segurança pública, má educação, má assistência à saúde, má assistência previdenciária ao segmento privado --em contraste com o segmento oficial--, maus transportes, mau atendimento ao cidadão em seus contatos com os representantes públicos.

Por outro lado, para as privatizações, o BNDES financiou inúmeros investimentos externos, de tal maneira que o balanço de pagamentos, para os próximos anos, será dramático, visto que:

- 1) as empresas privatizadas para os investidores estrangeiros começarão a enviar divisas para fora;
- 2) o estoque de empresas privatizáveis pelo governo será menor, renunciando menor entrada de capitais;
- 3) à falta de política tributária de exportação, o Brasil continuará sem competitividade, porque continuará exportando tributos. O “deficit”, na balança comercial, portanto, crescerá.

A política tributária continuará objetivando retirar recursos de quem gera empregos e riquezas para as burras estatais, enquanto o Estado tem propiciado apenas atraso, corporativismo, corrupção, burocracia estagnada e desserviço à causa pública.

O Governo, que não gera empregos, permanece, com uma tresloucada política de arrecadação, vampiristicamente retirando, de qualquer forma, recursos do segmento que propicia crescimento e que, apesar dos governos, tem permitido à nação sobreviver.

A reforma tributária tem sido nitidamente torpedeada pelo próprio Poder --embora reconheça que o projeto elaborado pelo Congresso Nacional não era bom. É que quem arrecada, com política tributária dos tempos do homem de Neandertal, à evidência não está interessado em nenhuma reforma tributária nacional, que vise a Justiça fiscal.

Quanto à própria soberania, nada fez o Governo para afastar os “gordos olhos” de outras nações sobre a Amazônia. Ao contrário, procura destruir o único pólo de desenvolvimento da região, que é a

Zona Franca de Manaus, sabiamente preservada pelos constituintes até 2013, com uma duvidosa lei de informática para beneficiar umas poucas empresas multinacionais. A Amazônia, para o governo federal, vale menos que algumas multinacionais, que até agora não ofereceram ao Brasil, apesar de aqui instaladas pelos últimos 10 anos, nenhum benefício maior, em matéria da nova economia.

Se, um dia, perdermos a Amazônia –e já tive que defender a soberania brasileira perante professores alemães que propugnavam sua internacionalização, em Fórum de que participei, realizado em Bonn, na Alemanha, em 1991— a responsabilidade será deste governo, pouco interessado em desenvolver a região, cuja área é maior do que a dos 11 países da Europa Ocidental que formam o núcleo das maiores potências da União Européia. Se o Brasil não se interessa pela Amazônia, certamente, mais cedo ou mais tarde, outros países se interessarão, lembrando-se a declaração do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas Americanas, em 1999, de que um dia os Estados Unidos deverão estar preparados para intervir na Amazônia.

Votei em Fernando Henrique duas vezes. Como seu eleitor, a quem deve ele servir, como a toda a Nação, tenho o direito de protestar contra um governo que se desfigura. Agride direitos fundamentais dos contribuintes assegurados na Constituição e reconhecidos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e pela doutrina. No XXV Simpósio Nacional de Direito Tributário do Centro de Extensão Universitária, com a presença de Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, desembargadores de Tribunais Federais Regionais, membros do Ministério Público, autoridades fazendárias, professores universitários, além de

advogados, os participantes, por esmagadora maioria, consideraram inconstitucional qualquer projeto de lei que pretendesse quebrar sigilo bancário ou criar norma anti-elisão, em face dos princípios da estrita legalidade, tipicidade fechada, reserva absoluta da lei formal, sigilo de dados e direito a privacidade, assegurados pelo artigo 150, inciso I, 5º, incisos X e XII, e cláusulas imodificáveis da Constituição Federal.

Apesar desse consenso, as Leis Complementares 104 e 105 violam, de forma nítida, a Constituição Federal, atentando contra direitos essenciais dos contribuintes, que nem o regime militar teve coragem de violentar.

Lamento que um governo em que o Brasil depositou tanta confiança se desfigure com tanta rapidez, embora entenda que ainda haja tempo para recompor o quadro. Para tanto, contudo, haveria de ter consciência de que não é o Governo que gera o desenvolvimento, mas sim a sociedade, e que a melhor forma de permitir que a sociedade cresça é eliminar as amarras burocráticas, implementando as reformas que não fez e completando as que fez insuficientemente, como a da previdenciária e a administrativa. E de todas elas, a reforma tributária é a mais importante, que, todavia, não pode ser demagógica (instituição de impostos sem potencial de arrecadação, como o de grandes fortunas), nem ter em vista a mera arrecadação (elevação de CPMF ou manutenção de COFINS e PIS), mas racional, objetivando permitir o desenvolvimento nacional, com geração de empregos e elevação real do PIB. O aumento de arrecadação seria uma natural decorrência.

Para tanto, seria necessário ouvir mais os representantes da sociedade e menos os políticos e burocratas, pois estou convencido de que são aqueles que geram o progresso e não estes, que salvo honrosas exceções, quase sempre são “produtores” de atraso, arbítrio, corrupção e “semeadores” de tirania.

SP /01/2001.